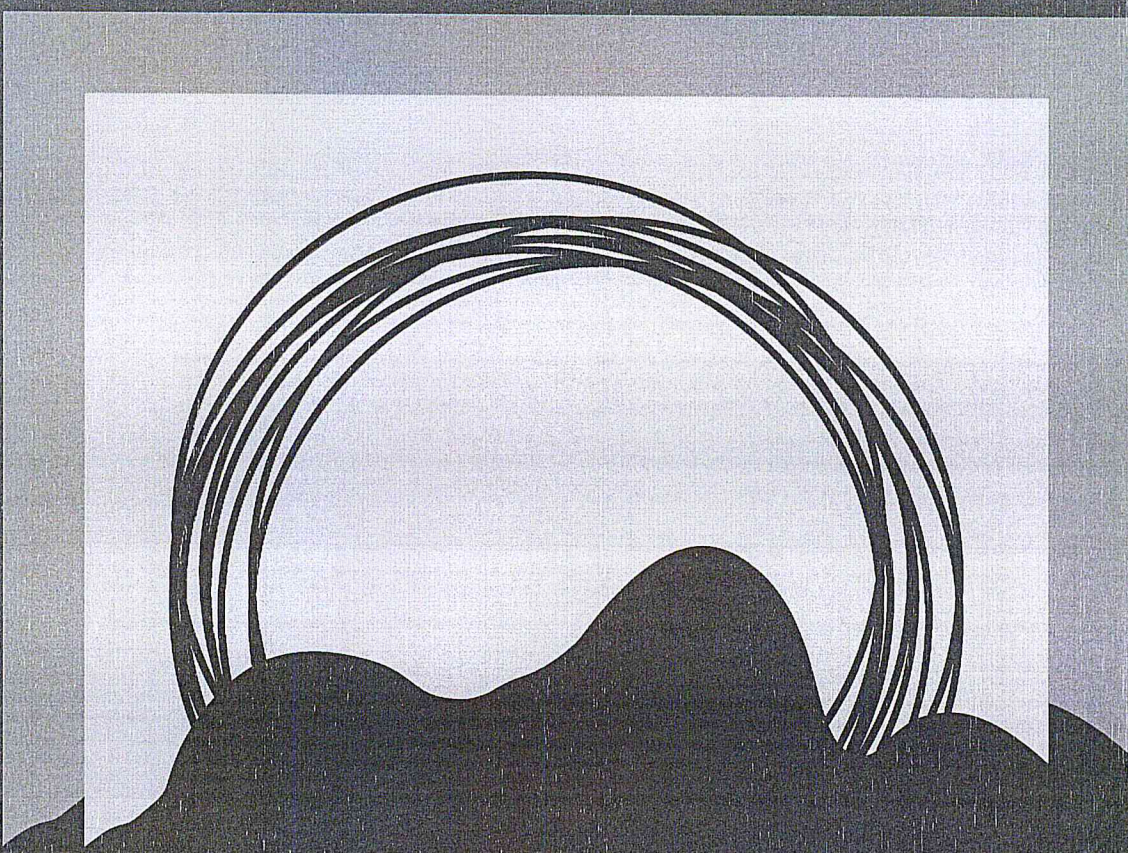




ORÇAMENTO 2017

RELATÓRIO



FORNOS DE
ALGODRES
MUNICÍPIO

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
I - CONTEXTUALIZAÇÃO	3
1 - Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspectivas para 2017	3
2 - Princípios e Opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2017	4
3 - Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2017	7
4 - Apresentação do Orçamento	7
II - PREVISÃO DAS RECEITAS	9
1 - Contextualização das Receitas	9
2 - Receitas Fiscais	11
3 - Receitas Não Fiscais	11
3.1 - Rendimentos de Propriedade	12
3.2 - Transferências correntes	13
3.3 - Venda de bens e serviços correntes	13
3.4 - Transferências de capital	13
4 - Receita Consignada	14
III - PREVISÃO DE DESPESAS	14
1 - Contextualização das Despesas	14
2 - Despesas correntes	16
2.1 - Despesas com pessoal	16
2.2 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	17
2.3 - Encargos Correntes da Dívida	19
2.4 - Transferências correntes	19

2.5 - Outras Despesas correntes	20
3 - Despesas de Capital	21
3.1 - Aquisição de Bens de Capital	21
4 - Serviço da Dívida	23
5 - Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis	23
5.1 - Classificação Funcional das Despesas Autárquicas	23
5.2 – Objetivos Estratégicos	24

NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2017

ANEXO I - Resumo do Orçamento

ANEXO II – Listagem do Orçamento Completo

ANEXO III – Resumo do Orçamento por Capítulos

ANEXO IV – Listagem das Grandes Opções do Plano

ANEXO V – Listagem das Atividades mais relevantes

ANEXO VI – Listagem do Plano Plurianual de Investimentos

ANEXO VII - Resumo da Despesa por Classificação Económica

ANEXO VIII - Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano

ANEXO IX – Quadro de Pessoal

ANEXO X – Mapa das participações da entidade

ANEXO XI – Orçamento Plurianual

Apresentação da Proposta do Orçamento para o ano 2017 do Município de Fornos de
Algodres

27 de outubro de 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

A preparação do exercício orçamental de 2017 é marcada por uma situação orçamental e financeira difícil, em resultado de uma herança bastante pesada carecendo de um esforço adicional de ajustamento e consolidação. Este documento previsional espelha uma racionalização da despesa e medidas de controlo orçamental garantindo contudo os serviços municipais básicos e fundamentais.

No entanto, prevê-se que no próximo ano o enquadramento económico e financeiro seja mais favorável na sequência da aprovação do PAM (Plano de Ajustamento Municipal). É possível que no próximo ano se possam fazer outro tipo de investimentos que não eram possíveis com o anterior quadro financeiro.

Temos a motivação suficiente para que possamos fazer mais e melhor, criando condições, para que todos os Fornenses continuem a ter orgulho da sua terra.

Manuel Fonseca

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

1 - Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspectivas para 2017

A elaboração da proposta dos documentos previsionais para o ano 2017, surge num ano em que a economia portuguesa manteve alguns traços fundamentais que tem caracterizado a recuperação económica em curso desde 2013. O ritmo de crescimento da atividade tem sido inferior ao observado em anteriores ciclos económicos, condicionado nomeadamente pelos elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, também por uma evolução demográfica adversa e por um enquadramento macroeconómico caracterizado por um dinamismo relativamente fraco da procura externa.

Segundo as previsões de outubro do Fundo Monetário Internacional (FMI), este reviu em baixa a taxa de desemprego que se projeta para 11,2%, abaixo dos 11,8% projetados em setembro.

De acordo com o Banco de Portugal para o ano de 2016, projeta-se uma diminuição da taxa de desemprego de 12,4 por cento para 11,2 por cento em termos médios anuais, já o emprego deverá aumentar cerca de 1,0 por cento em 2016 (1,4 por cento em 2015), projetando-se uma taxa de variação no segundo semestre próxima da observada no primeiro semestre.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, deverá aumentar ligeiramente em 2016, mantendo-se no entanto num nível relativamente baixo (0,7 por cento, após 0,5 por cento em 2015). O diferencial de inflação entre Portugal e a área do euro deverá manter-se positivo e próximo do observado no ano anterior (cerca de 0,5 p.p.), tendo por base as projeções divulgadas pelo BCE em Setembro. Para o ano 2017 e Banco de Portugal prevê uma taxa de inflação de 1,4% e de 1,6% para o ano 2018.

Para o ano 2017 o FMI estima que o Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal cresça 1,1% em linha com as estimativas de setembro. Face às anteriores projeções apresentadas no Boletim Económico de junho, pelo Banco de Portugal, o crescimento do PIB para 2016 foi revisto 0,2 p.p. em baixa. Este menor crescimento do PIB resulta

da revisão em baixa da procura interna, em particular da FBCF e do consumo privado. Por sua vez, as exportações para 2016 foram revistas em alta, para o que contribuiu principalmente um crescimento superior ao antecipado das exportações de bens e das exportações de turismo no primeiro semestre do ano. Neste contexto, o saldo da balança de bens e serviços foi revisto em alta.

A taxa Euribor a 3 meses destaca-se por se esperar que se mantenha em valores muito baixos, entre os 0,1% e os 0,2%, passando-se o mesmo com o câmbio euro-dólar que o Banco de Portugal aposta se mantenha próximo dos 1,14, um pouco acima da cotação atual. Quanto ao preço do petróleo, a expectativa é que este vá subindo tanto medido em dólares como em euros mas nunca atingindo os valores de 2014. Espera-se que em 2017 custe €62,3 contra os €74,4 de 2014.

2 - Princípios e Opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2017

Este orçamento foi elaborado pelo processo de orçamentação de base zero, nos termos do preceituado na lei de enquadramento orçamental.

O orçamento para 2017 apresenta um decréscimo de receita de 14.771.000.00€, ou seja, menos 70,98% do que em 2016. Esta redução está associado ao abandono do cenário que previa a reestruturação de 50% do capital em dívida do empréstimo inicial com a Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP resultado do Plano de Reequilíbrio Financeiro e o reembolso total com fundos do FAM.

Rigor e consolidação das finanças municipais, continuarão a ser os principais objetivos que marcarão a política orçamental deste executivo durante o seu mandato autárquico.

O controlo e a redução sistemática da dívida global, a par com o rigor, seletividade e permanente avaliação da despesa municipal, manter-se-ão como vetores centrais de uma adequada disciplina financeira.

O Executivo tendo em conta as dificuldades de tesouraria que atravessa – resultado de um inadequado controlo da despesa em mandatos anteriores – decidiu elaborar um plano de recuperação financeira municipal que se realizará através de um contrato celebrado com o Fundo de Ajustamento Municipal (FAM) e o Município, denominado Programa de Ajustamento Municipal (PAM). O PAM será celebrado pelo prazo

necessário à redução, pelo Município, do seu endividamento até ao limite previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O plano apresentado tem em consideração um montante de dívida total a ser reestruturado, o qual ascende a 32.620.056,73 € que terá de ser ratificado pela Assembleia Municipal.

A acumulação sistemática de dívidas teve como consequência, em 30 de setembro de 2008, a declaração de situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira. Este Plano de Reequilíbrio Financeiro foi elaborado pressupondo medidas económicas e financeiras específicas e quantificadas para atingir e assegurar a continuidade de uma situação equilibrada e consequente pagamento do serviço de dívida. Ao longo dos anos o Plano de Reequilíbrio Financeiro demonstrou estar mal desenhado e ser portanto ineficaz, o que gerou graves constrangimentos para o cumprimento das metas inscritas, sobretudo no que ao serviço de dívida dizia respeito.

Apesar deste executivo desde que se encontra em funções ter adotado mecanismos de racionalização da despesa e medidas de controlo orçamental, a dívida total é superior, 5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, segundo informação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Assim, esta pesada herança, faz com que nos encontremos em situação de rutura financeira e o recurso ao Fundo de Apoio Municipal tornou-se uma imposição legal.

A proposta de orçamento do Município de Fornos de Algodres, para o ano de 2017, tem por base os pressupostos do Plano de Ajustamento Municipal apresentado ao FAM, bem como as prioridades do atual executivo, sufragadas em 29 de setembro de 2013.

Os princípios orientadores que lhe estão implícitos são os a seguir elencados:

1. Rigor, avaliação e prudência nos pressupostos que serviram de base, à projeção da receita e da despesa;
2. Seletividade da despesa;
3. Consolidação da situação financeira da autarquia;
4. Convergência de meios nas principais prioridades sufragadas pelos munícipes, em 29 de setembro 2013.

Em 2016, face às obrigações decorrentes da situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira, declarada em 2008, e que constam do plano de reequilíbrio financeiro, acordado e em execução na Autarquia, bem como o disposto na Lei das Finanças Locais conduziram-nos à imposição legal de fixação das taxas mais elevadas na derrama e no IMI, bem como à atualização, de acordo com taxa de inflação

verificada nos últimos 12 meses das taxas do Município de Fornos de Algodres e participação variável de 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O orçamento da despesa contempla, em termos absolutos, um decréscimo nas despesas com pessoal no valor de 6.625,00€. Assim, em 2016 as despesas com pessoal totalizam 1.740.778,00€ e em 2017 prevê-se que, ascendam a 1.734.153,00€.

No que respeita à despesa de investimento, os investimentos a realizar pelo Município, são essencialmente no âmbito do objetivo Ambiente e Regeneração Urbana.

As prioridades para 2017 figuram no orçamento através de 11 objetivos estratégicos transversais ao Município, que enquadram o programa autárquico sufragado em 2013, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades mais Relevantes (PAR) de 2017, assim designados:

- 01 - Ação Social
- 02 - Funções Económicas
- 03 - Saúde
- 04 - Educação
- 05 - Promoção do Debate
- 06 – Requalificação / Adaptação dos Serviços Municipais
- 07 - Ambiente e Regeneração Urbana
- 08 – Cultura, Desporto e Juventude
- 09 - Turismo
- 10 - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
- 11 - Proteção civil

Objetivos com maior impacto financeiro para o ano 2017 são:

- 07 – Ambiente e Regeneração Urbana
- 08 – Cultura, Desporto e Juventude
- 04 – Educação
- 09 – Turismo

O objetivo Ambiente e Regeneração Urbana, para o ano 2017, inclui o maior volume financeiro:

- a) Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas Municipais;
- b) Plano Municipal de abastecimento de água e Saneamento;
- c) Aquisição de Veículos;
- d) Plano de Manutenção dos Espaços Públicos.

3 - Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2017

O orçamento para 2017 divide-se em 2 classificações orgânicas:

01 - Assembleia Municipal

02 - Câmara Municipal

Esta estrutura releva a dimensão política do orçamento e, simultaneamente flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica espelhando os resultados a obter.

Através das Grandes Opções do Plano (GOP's), que envolvem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades mais Relevantes (AMR), é realizado o controlo do orçamento por serviço/divisão responsável.

Cada unidade orgânica terá o seu orçamento por programas, acompanhando a execução dos projetos bem como o plano de atividades.

Neste modelo, os objetivos estratégicos estão de acordo com as orientações de contenção de despesa e da Estratégia Municipal delineada para o período 2013-2017, e com as metas estabelecidas na Divisão de Administração Geral e pela Divisão Técnica Municipal.

Nesta configuração os objetivos estratégicos para o ano de 2017 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2013-2017, facilitando desse modo a articulação entre estes dois instrumentos de planeamento autárquico. Esta configuração torna ainda possível a articulação destes dois instrumentos com os objetivos a estabelecer no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

4 - Apresentação do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico apresenta um decréscimo na ordem dos 14.771.000,00€. A receita corrente atingirá um montante de

5.634.830,00 € que suporta a despesa corrente de 4.146.010,00 € enquanto a receita de capital atinge o valor de 405.170,00 € para uma despesa de capital de 1.893.990,00€.

Quadro 1 - Receitas e Despesas por Classificação Económica

RECEITAS	VALOR	Δ%	DESPESAS	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	5.634.830,00 €	93,29%	DESPESAS CORRENTES	4.146.010,00 €	68,64%
Impostos Directos	672.000,00 €	11,13%	Despesas com Pessoal	1.734.153,00 €	28,71%
Impostos Indirectos	4.350,00 €	0,07%	Aquisição de Bens	462.485,00 €	7,66%
Taxas Multas e Outras Penalidades	112.430,00 €	1,86%	Aquisição de Serviços	1.287.895,00 €	21,32%
Rendimento de Propriedade	230.640,00 €	3,82%	Juros e Outros Encargos	451.239,00 €	7,47%
Transferências Correntes	4.007.040,00 €	66,34%	Transferência Correntes	198.038,00 €	3,28%
Venda de Bens e Serviços Correntes	454.370,00 €	7,52%	Subsídios	- €	0,00%
Outras Receitas Correntes	154.000,00 €	2,55%	Outras Despesas Correntes	12.200,00 €	0,20%
RECEITAS DE CAPITAL	405.170,00 €	6,71%	DESPESAS DE CAPITAL	1.893.990,00 €	31,36%
Venda de Bens de Investimento	2.220,00 €	0,04%	Aquisição de bens de capital	1.498.248,00 €	24,81%
Transferências de Capital	401.950,00 €	6,65%	Transferências de Capital	1.000,00 €	0,02%
Activos Financeiros	- €	0,00%	Activos Financeiros	45.702,00 €	0,76%
Passivos Financeiros	- €	0,00%	Passivos Financeiros	349.040,00 €	5,78%
Outras Receitas de Capital	- €	0,00%	Outras despesas de capital	- €	0,00%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.000,00 €	0,02%			
TOTAL	6.040.000,00 €	100,00%	TOTAL	6.040.000,00 €	100,00%

Em termos de receita, destaca-se a continuação da forte dependência da receita proveniente das transferências correntes que contribuem em 66,34% para a receita total.

No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (28,71%), da aquisição de serviços (21,32%) e de passivos financeiros (5,78%) que representam, em conjunto, 55,81% do total da despesa.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima expostas serão objeto de análise detalhada nos capítulos seguintes.

No que diz respeito à evolução do orçamento face a 2016, conforme referido anteriormente, verifica-se um decréscimo relativamente ao ano transato em 14.771.000,00€, suprarreferenciado.

Quadro 2 - Saldo Global Efetivo

RECEITAS	2016	2017	Variação 2016/2017	
			VALOR	Δ%
RECEITAS CORRENTES	5.603.106,00 €	5.634.830,00 €	31.724,00 €	0,57%
RECEITAS DE CAPITAL	15.207.894,00 €	405.170,00 €	- 14.802.724,00 €	-97,34%
RECEITAS EFECTIVA	20.811.000,00 €	6.040.000,00 €	- 14.771.000,00 €	-70,98%
DESPESAS CORRENTES	4.146.198,00 €	4.146.010,00 €	- 188,00 €	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	16.664.802,00 €	1.893.990,00 €	- 14.770.812,00 €	-88,63%
DESPESA EFECTIVA	20.811.000,00 €	6.040.000,00 €	- 14.771.000,00 €	-70,98%

II - PREVISÃO DAS RECEITAS

1 - Contextualização das Receitas

Em 2017 prevê-se que a receita municipal seja de 6.040.000,00€, representando um decréscimo de 70,98% relativamente ao ano anterior.

Quadro 3 - Receita por Classificação Económica

RECEITAS	2016	2017	Variação	
			Valor	Δ%
RECEITAS CORRENTES	5.603.106,00 €	5.634.830,00 €	31.724,00 €	0,57%
IMPOSTOS DIRECTOS	667.000,00 €	672.000,00 €	5.000,00 €	0,75%
IMPOSTOS INDIRECTOS	5.803,00 €	4.350,00 €	- 1.453,00 €	-25,04%
TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	124.101,00 €	112.430,00 €	- 11.671,00 €	-9,40%
Rendimento de Propriedade	263.302,00 €	230.640,00 €	-32.662,00 €	-12,40%
Transferências Correntes	3.892.979,00 €	4.007.040,00 €	114.061,00 €	2,93%
Venda de Bens e Serviços Correntes	527.920,00 €	454.370,00 €	- 73.550,00 €	-13,93%
Outras Receitas Correntes	122.001,00 €	154.000,00 €	31.999,00 €	26,23%
RECEITAS DE CAPITAL	15.207.894,00 €	405.170,00 €	- 14.802.724,00 €	-97,34%
Venda de Bens de Investimento	15,00 €	2.220,00 €	2.205,00 €	14700,00%
Transferências de Capital	475.379,00 €	401.950,00 €	- 73.429,00 €	-15,45%
Activos Financeiros	- €	- €	- €	0,00%
Passivos Financeiros	14.731.000,00 €	- €	14.731.000,00 €	N/A
Outras Receitas de Capital	- €	- €	- €	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.500,00 €	1.000,00 €	- 500,00 €	-50,00%
TOTAL	20.811.000,00 €	6.040.000,00 €	- 14.771.000,00 €	-70,98%

A receita corrente apresenta um acréscimo de 0,57% relativamente ao ano de 2016, traduzido em 31.724,00€. Este acréscimo resulta das transferências para o Município cuja subvenção se encontra fixada na proposta de Orçamento do Estado para 2017 em 3.617.555,00 € para o Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente (FEF).

2 - Receitas Fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 788.780,00€ e constituem a segunda maior fonte de receita do Orçamento, representando 13,06% da receita total e 14,00% da receita corrente.

Quadro 4 - Receitas Fiscais

RECEITAS	2016	2017	Δ%
IMPOSTOS DIRECTOS	667.000,00 €	672.000,00 €	0,75%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	520.000,00 €	500.000,00 €	-3,85%
Imposto Único de Circulação (IUC)	90.000,00 €	90.000,00 €	0,00%
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	36.000,00 €	60.000,00 €	66,67%
Derrama	21.000,00 €	22.000,00 €	4,76%
Impostos Directos Diversos	- €	- €	N/A
IMPOSTOS INDIRECTOS	5.803,00 €	4.350,00 €	-25,04%
TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	124.101,00 €	112.430,00 €	-9,40%
TOTAL	796.904,00 €	788.780,00 €	-1,02%

Comparativamente ao ano anterior prevê-se que as receitas fiscais tenham um decréscimo de 8.124,00 €, ou seja 1,02%.

Para esta diminuição contribui o decréscimo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e das Taxas, Multas e outras penalidades.

3 - Receitas Não Fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 5.251.220,00€, representando em termos globais, um decréscimo de 0,60 %

relativamente a 2016, por força, essencialmente, da Venda de Bens e Serviços Correntes e das Transferências de Capital. O peso das receitas não fiscais sobre a receita total é de 86,94%.

Quadro 5 - Receitas Não Fiscais Excluídos os Ativos e Passivos Financeiros

RECEITAS	2016	2017	Δ%
RECEITAS CORRENTES	4.806.202,00 €	4.846.050,00 €	0,83%
Rendimento de Propriedade	263.302,00 €	230.640,00 €	-12,40%
Transferências Correntes	3.892.979,00 €	4.007.040,00 €	2,93%
Venda de Bens e Serviços Correntes	527.920,00 €	454.370,00 €	-13,93%
Outras Receitas Correntes	122.001,00 €	154.000,00 €	26,23%
RECEITAS DE CAPITAL	476.894,00 €	405.170,00 €	-15,04%
Venda de Bens de Investimento	15,00 €	2.220,00 €	14700,00%
Transferências de Capital	475.379,00 €	401.950,00 €	-15,45%
Outras Receitas de Capital	- €	- €	N/A
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	1.500,00 €	1.000,00 €	-33,33%
TOTAL	5.283.096,00 €	5.251.220,00 €	-0,60%

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 92,28% respeitam a receitas correntes, e 7,72% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de Propriedade

Os 230.640,00 € previstos em rendimentos de propriedade, respeitam na sua maioria a contratos de concessão com a EDP Distribuição, S.A., Parque Eólico do Pisco, S.A. e Águas do Zêzere e Côa.

3.2 Transferências correntes

O valor das Transferências de Estado foi calculado com base na proposta de orçamento do estado para o ano de 2017, que totaliza 4.007.040,00 €.

3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 7,52% das receitas totais e 8.65% das receitas não fiscais, onde têm especial relevância para 2017, as receitas provenientes da água, saneamento e resíduos sólidos com uma previsão de 180.000,00€, 116.000,00€ e 105.000,00€ respectivamente.

3.4 Transferências de capital

Por força do decréscimo de 73.429,00 € provenientes das comparticipações de Fundos Comunitários, as transferências de capital, sofrem uma redução de 15,45%.

Quadro 6 - Receitas Provenientes de Transferências de Capital

Transferências de Capital	2016	2017	Δ Valor	Δ%
PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO	384.410,00 €	401.950,00 €	17.540,00 €	4,56%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	384.410,00 €	401.950,00 €	17.540,00 €	4,56%
COMPARTICIPAÇÃO A FUNDO PERDIDO	90.969,00 €	- €	- 90.969,00 €	-100,00%
De Protocolos com Administração Central				
De Contratos com Fundos Autónomos	- €	- €	- €	N/A
De Fundos Comunitários	90.969,00 €	- €	- 90.969,00 €	-100,00%
Outros	- €	- €	- €	N/A
TOTAL	475.379,00 €	401.950,00 €	- 73.429,00 €	-15,45%

A variação negativa do Quadro 6, deve-se às reduções das transferências de Fundos Comunitários.

4 - Receita Consignada

Quadro 7 - Receita Consignada

RECEITAS	2017
RECEITA CONSIGNADA	151.761,00 €
Administração Central	151.761,00 €
DREC	69.243,00 €
Fundo Social Municipal	82.518,00 €
Comparticipações a Fundo Perdido	- €
QREN	- €
Outros	- €
Empréstimos	- €
RECEITA NÃO CONSIGNADA	5.888.239,00 €
RECEITA TOTAL	6.040.000,00 €

Do total de 6.040.000,00€ previstos como receita para 2017, 151.761,00€ respeitam a receita consignada, cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

III - PREVISÃO DE DESPESAS

1 - Contextualização das Despesas

A despesa municipal para 2017, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 6.040.000,00 €, a que corresponde a um decréscimo de 70,98% relativamente ao ano de 2016.

Quadro 8 - Despesas por Classificação Económica

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	4.146.198,00 €	19,92%	4.146.010,00 €	68,64%	- 188,00 €	0,00%
Despesas com o pessoal	1.740.778,00 €	8,36%	1.734.153,00 €	28,71%	- 6.625,00 €	-0,38%
Aquisição de Bens e serviços	1.622.814,00 €	7,80%	1.750.380,00 €	28,98%	127.566,00 €	7,86%
Juros e Outros Encargos	642.100,00 €	3,09%	451.239,00 €	7,47%	-190.861,00 €	-29,72%
Transferências Correntes	128.698,00 €	0,62%	198.038,00 €	3,28%	69.340,00 €	53,88%
Subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	N/A
Outras Despesas Correntes	11.808,00 €	0,06%	12.200,00 €	0,20%	392,00 €	3,32%
Despesas de Capital	16.664.802,00 €	80,08%	1.893.990,00 €	31,36%	- 14.770.812,00 €	-88,63%
Aquisição de Bens de Capital	1.014.100,00 €	4,87%	1.498.248,00 €	24,81%	484.148,00 €	47,74%
Transferências de Capital	- €	0,00%	1.000,00 €	0,02%	1.000,00 €	N/A
Activos Financeiros	45.702,00 €	0,00 €	45.702,00 €	0,76%	- €	4570200%
Passivos Financeiros	15.605.000,00 €	74,98%	349.040,00 €	5,78%	- 15.255.960,00 €	-97,76%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	N/A
TOTAL	20.811.000,00 €	100%	6.040.000,00 €	100%	- 14.771.000,00 €	-70,98%

Em 2017, as despesas de capital sofrem uma diminuição de 14.770.812,00€ o que representa uma variação em termos percentuais face ao ano de 2016 de -88,63. Para este decréscimo concorre a diminuição da rubrica passivos financeiros em 15.255.960,00€.

No que respeita às despesas correntes estima-se que, face ao ano anterior, apresentem em termos absolutos, um ligeiro decréscimo de 188,00 €.

2 - Despesas correntes

As despesas correntes têm uma estrutura conforme a constante no quadro 8, definidas por este executivo e em cumprimento do POCAL.

2.1 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal por natureza económica incluem todas as remunerações certas e permanentes dos colaboradores da Autarquia por unidade orgânica (Assembleia Municipal e Câmara Municipal).

Está imputada à unidade orgânica Câmara Municipal, as remunerações dos colaboradores que asseguram o secretariado do presidente da assembleia municipal, em matéria de funcionamento de secretariado e apoio administrativo direto às reuniões, assegurando o apoio logístico, serviços de tratamento de texto, expedição de correspondência e serviços de reprografia bem como o tratamento do expediente necessário ao exercício de funções dos membros da assembleia municipal conforme deliberação de 15 de janeiro de 2014.

Em 2017 estima-se que as despesas com pessoal tenham uma redução de 0,38% face ao ano anterior, com uma dotação de 1.734.153,00€, que representam no total da despesa corrente 41,83%.

Quadro 9 - Despesas com Pessoal por Natureza Económica Excluindo Senhas dos Membros da Assembleia Municipal

Designação	2016		2017		VARIAÇÃO	
	VALOR	Δ%	VALOR	Δ%	VALOR	Δ%
Remunerações Certas e Permanentes	1.337.525,00 €	77,35%	1.321.773,00 €	76,78%	-15.752,00 €	-1,18%
Abonos Variáveis e Permanentes	10.383,00 €	0,60%	11.580,00 €	0,67%	1.197,00 €	11,53%
Segurança Social	381.170,00 €	22,04%	388.250,00 €	22,55%	7.080,00 €	1,86%
TOTAL	1.729.078,00 €	100,00%	1.721.603,00 €	100,00%	- 7.475,00 €	-0,43%

Uma análise dos valores por subagrupamento permite verificar o aumento das contribuições para a Segurança Social.

O decréscimo na rubrica Remunerações Certas e Permanentes deve-se sobretudo à redução do quadro de pessoal.

A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 22,55% das despesas com pessoal. Assinala-se um acréscimo destes encargos em 1,86%, o que em termos absolutos representa 7.080,00€.

2.2 Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A centralização da função compras, a aquisição de software para a gestão de stocks, a implementação da contabilidade de custos, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas nas divisões municipais serão os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas.

Com este propósito pretende-se dotar as rubricas do orçamento com valores que garantam estabilidade e sustentabilidade das necessidades municipais, tendo sempre como objetivo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Quadro 10 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços por Natureza Económica

Designação da Rubrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de Bens e Serviços	1.622.814,00 €	100,00%	1.750.380,00 €	100,00%	127.566,00 €	7,86%
Aquisição de Bens	435.100,00 €	26,81%	462.485,00 €	26,42%	27.385,00 €	6,29%
Matérias-primas e Subsidiárias	€	0,00%	500,00 €	0,03%	500,00 €	N/A
Gasolina	1.000,00 €	0,06%	1.000,00 €	0,06%	- €	0,00%
Gasóleo	65.000,00 €	4,01%	67.000,00 €	3,83%	2.000,00 €	3,08%
Outros	1.000,00 €	0,06%	1.000,00 €	0,06%	- €	0,00%

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Limpeza e Higiene	22.000,00 €	1,36%	16.000,00 €	0,91%	- 6.000,00 €	-27,27%
Alimentação - Refeições confeccionadas	74.500,00 €	4,59%	65.000,00 €	3,71%	- 9.500,00 €	-12,75%
Vestuário e artigos pessoais	1.000,00 €	0,06%	25.250,00 €	1,44%	24.250,00 €	2425,00%
Material de escritório	6.200,00 €	0,38%	5.500,00 €	0,31%	- 700,00 €	-11,29%
Material de Transporte - Peças	4.200,00 €	0,26%	2.000,00 €	0,11%	- 2.200,00 €	-52,38%
Outro material - Peças	21.500,00 €	1,32%	14.000,00 €	0,80%	- 7.500,00 €	-34,88%
Prémios, Condecorações e ofertas	8.900,00 €	0,55%	15.975,00 €	0,91%	7.075,00 €	79,49%
Água	185.000,00 €	11,40%	175.000,00 €	10,00%	- 10.000,00 €	-5,41%
Ferramentas e utensílios	300,00 €	0,02%	350,00 €	0,02%	50,00 €	16,67%
Livros e documentação técnica	500,00 €	0,03%	1.150,00 €	0,07%	650,00 €	130,00%
Artigos honoríficos e de decoração	500,00 €	0,03%	500,00 €	0,03%	-€	0,00%
Material de educação, cultura e recreio	9.400,00 €	0,58%	18.000,00 €	1,03%	8.600,00 €	91,49%
Outros Bens	34.000,00 €	2,10%	54.160,00 €	3,09%	20.160,00 €	59,29%
Aquisição de Serviços	1.187.714,00 €	73,19%	1.287.895,00 €	73,58%	100.181,00 €	8,43%
Encargos das Instalações	203.900,00 €	12,56%	160.000,00 €	9,14%	- 43.900,00 €	-21,53%
Limpeza e Higiene	500,00 €	0,03%	500,00 €	0,03%	- €	0,00%
Conservação de Bens	45.000,00 €	2,77%	35.000,00 €	2,00%	- 10.000,00 €	-22,22%
Locação de Edifícios	1,00 €	0,00%	100,00 €	0,01%	99,00 €	9900,00%
Locação de Materiais de Transporte	1,00 €	0,00%	100,00 €	0,01%	99,00 €	9900,00%
Locação de Outros Bens	1.500,00 €	0,09%	100,00 €	0,01%	- 1.400,00 €	-93,33%
Comunicações	20.000,00 €	1,23%	22.500,00 €	1,29%	2.500,00 €	12,50%
Transportes	180.000,00 €	11,09%	184.000,00 €	10,51%	4.000,00 €	2,22%
Representação dos Serviços	6.000,00 €	0,37%	4.500,00 €	0,26%	- 1.500,00 €	-25,00%
Seguros	34.650,00 €	2,14%	32.230,00 €	1,84%	- 2.420,00 €	-6,98%

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Deslocação e estadas	2.500,00 €	0,15%	4.500,00 €	0,26%	2.000,00 €	80,00%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	40.000,00 €	2,46%	27.000,00 €	1,54%	- 13.000,00 €	-32,50%
Formação	651,00 €	0,04%	17.610,00 €	1,01%	16.959,00 €	2605,07%
Seminários, exposições e similares	2.000,00 €	0,12%	2.300,00 €	0,13%	300,00 €	15,00%
Publicidade	6.250,00 €	0,39%	4.500,00 €	0,26%	- 1.750,00 €	-28,00%
Vigilância e segurança	1.100,00 €	0,07%	3.000,00 €	0,17%	1.900,00 €	172,73%
Assistência técnica	15.800,00 €	0,97%	25.950,00 €	1,48%	10.150,00 €	64,24%
Outros Trabalhos especializados	362.300,00 €	22,33%	320.882,00 €	18,33%	- 41.418,00 €	-11,43%
Serviços de Saúde	2.651,00 €	0,16%	6.530,00 €	0,37%	3.879,00 €	146,32%
Encargos de cobrança de receitas	14.000,00 €	0,86%	14.000,00 €	0,80%	- €	0,00%
Outros serviços	248.910,00 €	15,34%	422.593,00 €	24,14%	173.683,00 €	69,78%
TOTAL	1.622.814,00 €	100%	1.750.380,00 €	100%	127.566,00 €	7,86%

2.3 Encargos Correntes da Dívida

Os juros e outros encargos correntes representam 451.239,00€, diminuem em 29,72% comparativamente com a previsão do ano anterior, no montante de 190.891,00 €.

2.4 Transferências Correntes

Na rubrica transferências correntes, realça-se o facto da existência de um aumento de 69.340,00€ na rubrica Outras, relativamente ao ano anterior. Este acréscimo deve-se á recomendação 60-PCGE/2012, emitida pelo Tribunal de Contas, para registo de despesas com estímulos á reinserção no mercado de trabalho de trabalhadores que se encontrem na situação de desemprego.

Quadro 11 - Despesas com Transferências Correntes por Natureza Económica

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências Correntes	124.470,00 €	96,71%	198.038,00 €	100,00%	73.568,00 €	59,11%
Freguesias	48.000,00 €	37,30%	36.740,00 €	18,55%	- 11.260,00 €	-23,46%
Associações de Municípios	4.228,00 €		4.228,00 €	2,13%	-€	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	61.470,00 €	47,76%	58.470,00 €	29,52%	- 3.000,00 €	-4,88%
Outras	15.000,00 €	11,66%	98.600,00 €	49,79%	83.600,00 €	557,33%
TOTAL	128.698,00 €	100%	198.038,00 €	100%	69.340,00 €	53,88%

2.5 Outras despesas correntes

O acréscimo de 3,32% representa 392,00 € e decorre da redução na rubrica Outras.

Quadro 12 - Outras Despesas Correntes por Natureza Económica

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Outras Despesas Correntes	11.808,00 €	100,00%	12.200,00 €	100,00%	392,00 €	3,32%
Impostos e Taxas	10.000,00 €	84,69%	10.000,00 €	81,97%	- €	0,00%
Outras Restituições	500,00 €	4,23%	500,00 €	4,10%	- €	0,00%
IVA Pago	1,00 €	0,01%	100,00 €	0,82%	99,00 €	9900,00%
Outras	1.307,00 €	11,07%	1.600,00 €	13,11%	293,00 €	22,42%
TOTAL	11.808,00 €	100%	12.200,00 €	100%	392,00 €	3,32%

3 - Despesas de Capital

As despesas de capital em 2017 representaram 31,36% da despesa total, prevendo-se um decréscimo do seu peso no orçamento de 2017 em 88,63% que representam um decréscimo de 14.770.812,00 €.

3.1 Aquisição de Bens de Capital

Neste agrupamento económico, com um valor orçado de 1.498.248,00€, destaca-se os valores mais significativos que se encontram em Investimentos:

- Viadutos, arruamentos e obras complementares – 263.360,00 €;
- Reparação e beneficiação – 160.000,00 €;
- Outros – 93.948,00 €.

Quadro 13 - Aquisição de Bens de Capital por Natureza Económica

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	1.014.100,00 €	100,00%	1.498.248,00 €	100,00%	484.148,00 €	47,74%
Investimentos	606.100,00 €	59,77%	789.848,00 €	52,72%	183.748,00 €	30,32%
Reparação e beneficiação	123.000,00 €	12,13%	160.000,00 €	10,68%	37.000,00 €	30,08%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	122.000,00 €	12,03%	263.360,00 €	17,58%	141.360,00 €	115,87%
Iluminação Pública	35.000,00 €	3,45%	27.000,00 €	1,80%	- 8.000,00 €	-22,86%
Sinalização e trânsito	15.000,00 €	1,48%	22.000,00 €	1,47%	7.000,00 €	50%
Cemitérios	100.000,00 €	9,86%	40.000,00 €	2,67%	- 60.000,00 €	-60,00%
Outros	107.500,00 €	10,60%	93.948,00 €	6,27%	- 13.552,00 €	-12,61%
Equipamento de informática	12.500,00 €	1,23%	19.190,00 €	1,28%	6.690,00 €	53,52%
Software informático	60.000,00 €	5,92%	70.850,00 €	4,73%	10.850,00 €	18,08%
Equipamento Administrativo	4.000,00 €	0,39%	- €	0,00%	- 4.000,00 €	-100,00%

Designação da Rúbrica	2016		2017		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ferramentas e Utensílios	10.000,00 €	0,99%	6.000,00 €	0,40%	- 4.000,00 €	-40,00%
Equipamento básico	15.000,00 €	1,48%	39.500,00 €	2,64%	24.500,00 €	163,33%
Investimentos incorpóreos	2.000,00 €	0,20%	18.000,00 €	1,20%	16.000,00 €	800,00%
Outros investimentos	100,00 €	0,01%	30.000,00 €	2,00%	29.900,00 €	29900,00%
Locação Financeira	65.000,00 €	6,41%	150.000,00 €	10,01%	85.000,00 €	130,77%
Material de Transporte	65.000,00 €	6,41%	150.000,00 €	10,01%	85.000,00 €	130,77%
Bens de domínio público	343.000,00 €	33,82%	558.400,00 €	37,27%	215.400,00 €	62,80%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	50.000,00 €	4,93%	60.000,00 €	4,00%	10.000,00 €	20,00%
Sistema de drenagem de águas residuais	128.000,00 €	12,62%	100.000,00 €	6,67%	- 28.000,00 €	-21,88%
Parques e Jardins	160.000,00 €	15,78%	220.000,00 €	14,68%	60.000,00 €	37,50%
Infra-estruturas para distrib. de energia eléctrica	5.000,00 €	0,49%	3.400,00 €	0,23%	- 1.600,00 €	-32,00%
Outros	- €	0,00%	90.000,00 €	6,01%	90.000,00 €	N/A
Bens do património histórico, artístico e cultural	- €	0,00%	60.000,00 €	4,00%	60.000,00 €	N/A
Outros Bens de domínio público	- €	0,00%	25.000,00 €	1,67%	25.000,00 €	N/A
TOTAL	1.014.100,00 €	100%	1.498.248,00 €	100%	1.452.444,00 €	47,74%

Relativamente á aquisição de bens de capital prevê-se um aumento de 47,74% face a 2016 destacando-se:

1. Viadutos, arruamentos e obras complementares;
2. Outros;
3. Material de Transporte.

4 - Serviço da Dívida

O contrato a celebrar com o Fundo de Apoio Municipal prevê o pagamento de 100% do capital em dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro, contraído junto da CGD e do BCP, acrescido de passivos contingentes.

Para o ano 2017 prevê-se um total de encargos com o serviço dívida de 777.178,25€.

Quadro 14 - Empréstimo de Médio e Longo Prazo

DATA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO	FINALIDADE	ENTIDADE CREDORA	CAPITAL	CONTRATADO	UTILIZADO ATÉ 2016	AMORTIZAÇÃO	JUROS	CAPITAL EM DÍVIDA EM 31/12/2016
26-02-2010	Reequilíbrio Financeiro	C.G.A./BCP	34.000.000,00 €	35.000.000,00 €	34.000.000,00 €	349.040,00 €	142.712,75 €	28.022.875,05 €
	Plano de Apoio Municipal	FAM	32.520.056,73 €	32.520.056,73 €	- €	- €	285.425,50 €	- €

5 - Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis

5.1 Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A despesa total, é distribuída por funções e subfunções de acordo com o classificador funcional do POCAL e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta Autarquia - Contenção de Despesa.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue prudentemente as atividades desenvolvidas pelas respetivas unidades orgânicas, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

As atividades desenvolvidas pelas Divisões Municipais ou equiparadas foram imputadas às respetivas funções, conforme a finalidade da despesa.

Quadro 15 - Orçamento por Unidade Orgânica

	Designação	Despesas Correntes	%	Despesas de Capital	%	Total	%
01	Assembleia Municipal	13.550,00 €	0,33%	- €	0,00%	13.550,00 €	0,22%
02	Câmara Municipal	4.132.460,00 €	99,67%	1.893.990,00 €	100,00%	6.026.450,00 €	99,78%
TOTAL		4.146.010,00 €	100,00%	1.893.990,00 €	100,00%	6.040.000,00 €	100,00%

5.2 Objetivos Estratégicos

As despesas relevantes em termos de objetivos estratégicos que concorreram para os objetivos, programas, projetos ou atividades e ações que estão refletidas na Grandes Opções do Plano (GOP) que integraram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Mapa Plurianual das Atividades mais Relevantes (PAR) constam do quadro seguinte:

Quadro 16 - Orçamento por Objetivos

	Objectivos	PPI	Actividades Mais Relevantes	Total	Δ%
01	Ação Social	84.690,00 €	26.530,00 €	111.220,00 €	4,92%
1.1	Emergência Social	6.000,00 €	7.100,00 €	13.100,00 €	0,58%
1.2	Programa Avô - Município Amigo do Idoso	78.690,00 €	19.430,00 €	98.120,00 €	4,34%
02	Funções Económicas	- €	111.590,00 €	111.590,00 €	4,94%
2.1	Economia	- €	25.990,00 €	25.990,00 €	1,15%
2.2	Apoio ao Emprego	- €	85.600,00 €	85.600,00 €	3,79%
03	Saúde	- €	5.530,00 €	5.530,00 €	0,24%
3.1	Projeto Fornos de Algodres é Saudável	- €	5.530,00 €	5.530,00 €	0,24%

	Objectivos	PPI	Actividades Mais Relevantes	Total	Δ%
04	Educação	10.000,00 €	257.152,00 €	267.152,00 €	11,83%
4.1	Ensino Pré - Escolar	- €	1.000,00 €	1.000,00 €	0,04%
4.2	Ensino Básico	- €	22.470,00 €	22.470,00 €	0,99%
4.3	Programa de Promoção da Educação e da Igualdade de Oportunidades	- €	233.682,00 €	233.682,00 €	10,35%
4.4	Apoio/ Promoção de Projetos Educativos	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	0,44%
05	Promoção do Debate	30.000,00 €	2.600,00 €	32.600,00 €	1,44%
5.1	Programa de promoção da democracia participativa	30.000,00 €	2.600,00 €	32.600,00 €	1,44%
06	Requalificação / Adaptação dos serviços municipais	28.000,00 €	41.860,00 €	69.860,00 €	3,09%
6.1	Programa -Simplificar para facilitar	- €	34.750,00 €	34.750,00 €	1,54%
6.2	Requalificação/Adaptação dos serviços municipais	28.000,00 €	7.110,00 €	35.110,00 €	1,55%
07	Ambiente e Regeneração Urbana	998.408,00 €	- €	998.408,00 €	44,21%
7.1	Reabilitação	642.008,00 €	- €	642.008,00 €	28,43%
7.2	Valorização	171.000,00 €	- €	171.000,00 €	7,57%
7.4	Urbanismo	95.000,00 €	- €	95.000,00 €	4,21%
7.5	Ambiente	30.400,00 €	- €	30.400,00 €	1,35%
7.6	Ordenamento do Território	60.000,00 €	- €	60.000,00 €	2,66%
08	Cultura Desporto e Juventude	148.300,00 €	257.883,00 €	406.183,00 €	17,98%
8.1	Equipamentos desportivos e culturais	148.300,00 €	185.783,00 €	334.083,00 €	14,79%
8.2	Desporto e tempos livres	- €	72.100,00 €	72.100,00 €	3,19%

	Objectivos	PPI	Actividades Mais Relevantes	Total	Δ%
09	Turismo	188.850,00 €	29.080,00 €	217.930,00 €	9,65%
9.1	Plano Estratégico de Turismo	188.850,00 €	29.080,00 €	217.930,00 €	9,65%
10	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	- €	28.000,00 €	28.000,00 €	1,24%
10.1	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	- €	3.000,00 €	3.000,00 €	0,13%
10.2	Plano Municipal de Fardamento	- €	25.000,00 €	25.000,00 €	1,11%
11	Protecção Civil	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	0,44%
11.1	Aquisição de Equipamento	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	0,44%
TOTAL		1.498.248,00 €	760.225,00 €	2.258.473,00 €	100,00%

Estas despesas resultam do programa autárquico 2014-2017 sufragado a 29 de setembro de 2013. O valor afeto a cada uma das ações resulta da imputação prevista para o exercício económico de 2017.